

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 22, ano 2025 | ISSNe: 2675-5432

A União das Mulheres Cearenses: os feminismos vigilados na ditadura civil-militar brasileira

Sarah Pinho da Silva

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua nas áreas de violência política de gênero, feminismos e ditadura civil-militar brasileira. Integrante do Projeto de Pesquisa “Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)”, financiado pelo CNPq, Processo nº 404662/2021-8.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7694-3732>



Recebido em: 12/10/2024
Aprovado em: 18/12/2024
Publicado em: 28/03/2025

A União das Mulheres Cearenses: os feminismos vigiados na ditadura civil-militar brasileira

Sarah Pinho da Silva¹

Resumo

O presente artigo buscou discutir os feminismos no período da ditadura civil-militar, a partir da União das Mulheres Cearenses (UMC), que foi a primeira organização feminista do Ceará. O intuito foi debater o surgimento do movimento feminista no Brasil em meio ao governo de exceção instaurado no ano de 1964. Além disso, analisamos o controle e a vigilância coordenados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre os grupos de mulheres formados nessa conjuntura. Com base em relatórios e dossiês produzidos pelo órgão, esquadrimos a atuação dos militares no monitoramento realizado nos movimentos feministas, especificamente na UMC. Desse modo, inferimos que o governo militar se dedicou a entender e investigar as organizações de mulheres, entre as décadas de 1970 e 1980, buscando interpretar suas ações, pautas de debate e possíveis ameaças à ditadura.

PALAVRAS CHAVES: Ditadura civil-militar; Feminismos; União das Mulheres Cearenses; Vigilância.

¹ Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atua nas áreas de violência política de gênero, feminismos e ditadura civil-militar brasileira. Integrante do Projeto de Pesquisa “Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)”, financiado pelo CNPq, Processo nº 404662/2021-8. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7694-3732>.

Abstract

This article seeks to discuss feminism during the civil-military dictatorship, focusing on the Ceará Women's Union (UMC), the first feminist organization in Ceará. The aim was to examine the emergence of the feminist movement in Brazil, amidst of the state of exception established in 1964. In addition, we analyzed the control and surveillance coordinated by the National Intelligence Service (SNI) over women's groups formed in this context. Drawing on reports and dossiers produced by the SNI, we scrutinized the military's efforts to monitor feminist movements, specifically the UMC. In this way, we infer that the military government focused on understanding and investigating women's organizations between the 1970s and 1980s, aiming to interpret their actions, debate agendas and potential threats to the dictatorship.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship; Feminisms; Ceará Women's Union; Surveillance.

Introdução

Os militares assumiram o poder a partir do golpe de 1964, que destituiu o presidente João Goulart e perdurou por 21 anos. O Ato Institucional nº 1 confirmou a vitória da chamada "Revolução". A publicação desse documento, no dia 9 de abril de 1964, ocorreu na forma de um manifesto à nação, no qual eram colocadas alterações e exaltada a vitória militar:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução (Brasil, 1964).

O texto procurou reforçar a ideia de que o movimento era constitucional e seguia princípios republicanos. Assim, era repassado à sociedade que os militares tinham por intuito “salvar o país” da ameaça comunista iminente, presente em diferentes setores da sociedade. Ainda de acordo com o manifesto:

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas (Brasil, 1964).

A ditadura estava instaurada e começava um período de exceção no país, que culminou em perseguições, prisões, torturas e mortes de pessoas que se opuseram ao regime. O modelo de governo adotado restringiu liberdades civis e políticas, extinguiu partidos políticos e praticou diversas arbitrariedades contra seus opositores.

Apesar de todo rigor e punição, os militares enfrentaram resistência durante os 21 anos de vigência do governo. Diferentes movimentos sociais organizaram-se no período, através de partidos políticos clandestinos, organizações de moradores, sociedade civil, sindicatos, movimentos clericais, camponeses e de mulheres/feminismos. Desse modo, este artigo analisa a formação e a vigilância à União das Mulheres Cearenses (UMC), fundada em Fortaleza-CE, em 1979.

A UMC surgiu nessa efervescência de movimentos. Considerada a primeira organização feminista do estado do Ceará, segundo Vitorino (1994), essa instituição derivou de diferentes vertentes, já que parte dos membros integrou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), formado em 1975 por Therezinha Zerbini. Outras pertenciam a grupos clandestinos, movimento estudantil, associações

de moradores e bairros, dentre outros. A UMC foi fundada em 1979, após o fim do MFPA, com a aprovação da Lei nº 6.683, o que ocasionou a desmobilização de diferentes participantes, segundo Duarte (2012). Todavia, buscando dar continuidade ao movimento organizado de mulheres, a UMC foi pensada pelo chamado Grupo da Maria, que contava com Maria Luíza Fontenele, então deputada estadual pelo MDB, Rosa da Fonseca e Célia Zanetti, todas integrantes do MFPA.

Segundo Duarte (2012), o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará, fundado em 1976, foi o terceiro a ser criado no Brasil; “sua origem remete às reuniões de familiares de presos políticos no ano anterior [1975], em Fortaleza, para discutir formas de intervenção e defesa de parentes encarcerados pela ditadura” (Duarte, 2012, p. 37).

A década de 1970 ficou marcada pelo que se convencionou nomear como “feminismo de Segunda Onda”. Esse conceito deriva de um entendimento, a partir do movimento feminista, que reivindicava pautas referentes à sexualidade, ao corpo e ao prazer feminino (Pedro, 2013). O intuito não é discutir acerca do termo Segunda Onda², mas compreender a mobilização de mulheres em torno dos movimentos feministas que se iniciaram no período da ditadura no Brasil, compreendendo os impactos da chegada dessas discussões para os feminismos brasileiros.

A primeira tradução³ para o português de *O Segundo Sexo*, livro de Simone de Beauvoir, foi realizada na década de 1960, tendo maior circulação com o advento dos feminismos nos anos subsequentes. Essa tradução causou impacto no Brasil.

No contexto internacional, a Organização das Nações Unidas elegeu 1975 como o Ano Internacional da Mulher, que inaugurou a chamada “Década da Mulher” – que

² Cf. Hemmings, C., 2009.

³ Cf. Borges, Joana Vieira, 2007.

consistia em melhorar as condições de vida das mulheres no globo, a partir da elaboração de uma agenda de mulheres (Gimenes, 2024). A partir disso, vários movimentos, como o Taller de Mujeres de las Américas e a Dawn/Mudar, começaram um processo de organização e de discussão sobre feminismos, raça e, posteriormente, gênero, que foi intensificado e ganhou consistência no final dos anos 1970 e início de 1980, conforme Gonzáles (2020). No Brasil, o retorno de mulheres do exílio possibilitou a circulação das ideias com que tiveram contato, presentes na Europa e nos EUA.

Diante disso, a UMC surgiu como uma organização feminista, que buscava dialogar com diferentes pautas, mas tinha por base o combate à ditadura militar brasileira. Os feminismos na América Latina guardavam essa especificidade e diferiam de outros, ao redor do globo, visto que se constituíam em regimes de exceção. Segundo Woitowicz e Pedro (2011, p. 326):

No contexto da América Latina, o feminismo se organizou diante da necessidade de resistir à opressão imposta pelas ditaduras militares que se estabeleceram em diversos países. [...] “O inimigo principal”, o regime político, estava declarado. Mas as feministas resistiam também a outro tipo de opressão, sustentada na desigualdade entre homens e mulheres [...].

A UMC compunha essa particularidade, pois, ao mesmo tempo em que reivindicava o fim da ditadura, as mulheres propunham novas formas de pensar as organizações de esquerda, contestavam as hierarquias e a divisão social das tarefas dentro dos partidos e dos movimentos. A partir dessas mudanças, a dupla militância ganhou um contorno depreciativo e serviu para caracterizar as que participavam de organizações e de movimentos feministas concomitantemente. Segundo Rosenberg (2013, p. 341-342),

O autoritarismo também era marca dos grupos de oposição ao regime militar, que rejeitavam a demarcação da diferença como “diversionista”, “anti revolucionária”, algo que atrapalharia “a luta” por causas

“mais importantes” ou “prioritárias”. Assim, tematizar a questão ‘mulher’ em meio ao regime autoritário significou manter um delicado equilíbrio entre situar-se nos grupos de oposição e criar um discurso novo, que levasse a condição feminina em consideração.

Exercer a dupla militância consistia no equilíbrio entre os feminismos e os partidos aos quais pertenciam. Foi comum, nesse contexto, muitas mulheres levarem pautas, instigadas pelas discussões feministas, para dentro de suas organizações. Isso, reiteradas vezes, ocasionou o descontentamento de vários dirigentes, que as acusavam de divisionistas.

O objetivo central, na visão dos partidos, era o combate à ditadura e à luta de classes; depois de alcançá-los, as pautas feministas poderiam ser discutidas, sendo consideradas como secundárias. A UMC buscou formar um diálogo com as diferentes frentes que havia internamente, tendo em vista sua própria composição, que contava com integrantes de diversas frentes. Apesar da pluralidade da entidade, com mais de 1.600 associadas na década de 1980, é importante ressaltar que a direção da organização era composta por mulheres brancas, de classe média e com alto grau de escolaridade, o que não diferia da composição de outros grupos de mulheres no país, a exemplo da Sociedade Brasil Mulher, Associação Nós Mulheres e Centro da Mulher Brasileira. Segundo Bastos (2007, p. 131), o feminismo

[...] não foi um movimento de caráter popular nem no sentido de classe nem no sentido do raio de ação. A chegada até as camadas populares ocorreu como uma escolha política estratégica. O movimento feminista jamais conseguiu ser um movimento das camadas populares, mas sim um movimento levado a elas [...].

Essa é uma das críticas ao feminismo desse período. Todavia, a UMC buscou problematizar a discussão, tentando ampliar a participação política das mulheres dentro da instituição. Embora com limitações, a entidade buscou

agregar e pautar o debate sobre as diferenças existentes no interior da organização, que eram reflexo da sociedade civil. O artigo 26 do Estatuto, aprovado em 1981, previa que “Pode integrar a entidade como sócia, qualquer mulher, sem distinção de nacionalidade, idade, cor, raça, classe social”. A tentativa era fazer da instituição um local plural para discutir questões relacionadas à violência contra a mulher, creches, transporte público, emprego, salários equitativos e, também, o combate à ditadura.

Os feminismos latino-americanos traziam a perspectiva de derrotar os governos autoritários. Assim, construíram um debate que dialogava em torno dessa pauta, o que dificultou, em certa medida, as discussões sobre pautas mais específicas. O artigo segundo do Estatuto trazia a perspectiva dialógica da entidade, na qual deveria “atuar juntamente com as outras entidades e movimentos sociais na luta por melhores condições de vida e liberdade”.

As ambiguidades cercavam os feminismos e suas instituições, em decorrência do próprio contexto autoritário no qual esses movimentos se organizavam na América Latina. Ao mesmo tempo, as mulheres iniciavam um movimento de repensar sua participação política dentro das organizações de esquerda, e passaram a problematizar as hierarquias e os postos de comando dentro dos partidos. Nessa esteira, os militares também começaram a se interessar pelas discussões e abordagens feministas, iniciando um processo de vigilância sobre grupos e movimentos que tinham núcleos feministas em suas bases.

1. Vigilância aos feminismos: a UMC na mira da ditadura

O ano de 1964 deu início à ditadura e marcou o surgimento do Serviço Nacional de Informações (SNI), fundado pelo militar Golbery de Couto e Silva. O órgão havia sido idealizado na década de 1950. A criação do SNI

estava pautada no Serviço de Inteligência dos militares, que tinha por intuito primário ser um aparelho de coleta de informações sobre qualquer um que representasse alguma ameaça ao governo militar. Essa instituição baseava-se na doutrina de Segurança Nacional, que, segundo Alves (1989, p. 35):

Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos.

Uma das primeiras medidas adotadas foi a chamada “Operação Limpeza”, a partir do Ato Institucional nº 1, o qual previa investigar e identificar qualquer pessoa considerada “subversiva”. Essa prática tinha diferentes alvos e contava com o suporte dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), os quais eram chefiados por militares e funcionavam como um desdobramento do serviço de identificação de opositores da ditadura.

Esse aparato buscou coletar o maior número de informações possível sobre a oposição. O intuito era antever mobilizações e descobrir atos que pudessem pôr em risco o regime militar. Contudo, o SNI consistiu em uma fonte de dados muito maior, tendo em vista a larga produção de documentos durante seu funcionamento. Para além de informes políticos, o órgão investigou a vida pessoal de militantes, visto que essa poderia ser utilizada para desestabilizar e pressionar psicologicamente os oponentes. Segundo Fico (2001, p. 76):

[...] saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como informação, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de espionagem do sistema, que poderia – como efetivamente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o inimigo.

A lógica era dispor do maior número de informações possível para que elas fossem utilizadas de acordo com a ocasião. Assim, detalhes mais íntimos dos investigados eram usados em situações específicas, tais como prisões, depoimentos e torturas, com o propósito de desestabilizar militantes. Nesse sentido, o SNI foi um importante instrumento dos militares para coletar dados sobre os movimentos de oposição.

Dessa forma, foi montado um aparato, e o órgão tinha como característica a produção de informação e contrainformação. A primeira era responsável pela coleta de materiais, identificação e informes acerca das pessoas consideradas ameaça aos militares; a segunda consistia em barrar a troca de mensagens e a comunicação entre os militantes. Além disso, o SNI produziu relatórios vastos, nos quais havia elementos de pesquisa que demonstravam a rede de inteligência elaborada pela ditadura. Nesse aspecto, diferentes documentos foram produzidos sobre os movimentos feministas do período, a partir do início da década de 1980, nos quais se identificavam militantes, pautas de debate, leituras feitas nas reuniões, abrangência dos grupos, discordâncias internas, dentre outros.

A UMC foi uma das instituições vigiadas pelo SNI, de acordo com a análise da documentação disponível no site do Arquivo Nacional. Foram listados 91 dossiês produzidos sobre essa organização entre o início da década de 1980 e o fim do regime, em 1985. Os relatórios demonstram que os militares ocuparam diferentes espaços com diversas estratégias. Além disso, levantam a discussão a respeito da atenção dada aos feminismos, tendo em vista que havia a ideia de que a ditadura não via o movimento como uma ameaça à ordem vigente. Contudo, a elaboração dos documentos refuta essa hipótese. Segundo Duarte (2019, p. 15):

O movimento feminista brasileiro foi alvo de vigilância por parte do regime autoritário instalado em 1964, assim como outros movimentos sociais e organizações

políticas. A documentação produzida por órgãos de informação sobre esse tema, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, ainda é pouco explorada pela pesquisa histórica brasileira, mas traz importantes elementos para pensar tanto a própria dinâmica dos grupos espalhados por todo o território brasileiro como as representações construídas sobre a organização de mulheres pelos órgãos de repressão.

O controle exercido sobre as atividades feministas demonstra que os órgãos buscaram informações a respeito dessas. Mesmo que houvesse estigmas e estereótipos acerca das organizações de mulheres, agentes foram designados para acompanhar reuniões, eventos, passeatas e registrar o que estava sendo debatido pelas militantes. Desde o Movimento Feminino pela Anistia, propagava-se a ideia de que grupos de mulheres não eram⁴ uma ameaça. Portanto, os militares permitiam suas manifestações, baseados na premissa de que o movimento formado por elas não teria caráter político (Duarte, 2010).

Todavia, ao analisar a documentação sobre os feminismos produzida pelo SNI, há evidências de que havia, no mínimo, a preocupação em compreender o que estava sendo organizado, além de buscar entender o próprio movimento em si. No Relatório Especial de Informação, produzido em 1983, consta que o intuito era “ressaltar o crescimento e a influência do Movimento Feminista junto à sociedade e como pode ser ou tem sido explorado por facções ideológicas⁵”.

O documento buscou identificar a abrangência do movimento e o que isso poderia representar para a esquerda nacional, compreendendo que os feminismos poderiam ser utilizados por diferentes partidos e organiza-

⁴ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

⁵ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

ções. Nessa perspectiva, sobressaíram os estereótipos ao colocar o grupo de mulheres como sendo influenciado por outras instituições. Ainda assim, o relatório, que contou com 66 laudas, analisou o surgimento dos feminismos no Brasil e as pautas de debate:

As entidades feministas, em suas reuniões, valorizam o debate como um elo de integração entre procedimentos metodológicos, já consagrados, e posturas teóricas inovadoras, onde se sobressai o desejo das mulheres em ver a implantação de uma política social igualitária⁶.

Esse documento traçou um breve panorama dos movimentos no país. Foram identificadas organizações, leituras e nomes teóricos que eram utilizados como referência pelas militantes. Ademais, o próprio relatório esboçou que o intuito era servir de subsídio ao estudo de analistas, para que pudessem compreender um pouco mais acerca dos feminismos. Contudo, antes desse dossiê elaborado em 1983, outros documentos foram produzidos. Em 1982, durante o I Congresso da UMC, o SNI registrou o evento em sua documentação:

“Nos dias 13 e 14 MAR 82, realizou-se em FORTALEZA/CE, no Colégio Oliveira Paiva, de propriedade do vereador JOSÉ MARIA BARROS DE PINHO (PMDB/CE), o I CONGRESSO DAS MULHERES CEARENSES”, com participação de cerca de 200 (duzentas) mulheres. O programa constou de 4(quatro) temas: “Mulher, Família e Sexo”; “Mulher e Comunidade”; “Mulher e Sociedade”; “Mulher e Trabalho”, distribuídos a igual número de grupos, constando cada um de 30(trinta) mulheres, que discutiram questões relacionadas com os temas⁷.

⁶ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza - CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

⁷ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza - CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

O evento, promovido pela UMC, foi observado por agentes do SNI, que identificaram as pautas de debate, além de informações vinculadas aos nomes envolvidos, por exemplo, o do vereador Barros de Pinho, que cedeu o espaço para a realização do Congresso. Nesse mesmo encontro, uma agente infiltrada foi descoberta e expulsa pelas participantes⁸, todavia, os três dias de reuniões continuaram sendo vigiados e o relatório foi produzido, destacando as principais informações consideradas pelos militares, tais como identificação das participantes, as pautas de discussão, o número de pessoas que compareceram ao Congresso e as entidades que apoiaram a realização do evento.

Outro ponto abordado no dossiê foi o mapeamento dos grupos distintos de mulheres. O SNI destacava essa divisão em seus relatórios:

Além da UMC, majoritária e organizadora, há mais quatro entidades que diferem entre si: Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (NEDIM), encarregado do estudo e documentação das questões específicas do sexo; Grupo 4 de janeiro, de cunho eminentemente feminino; Departamento Feminino do PMDB, de caráter partidário e o Centro Popular da Mulher (CPM), recém-criado⁹.

As divergências internas foram alvo de controle e abordadas nos documentos, demonstrando o interesse dos agentes em compreender o desenvolvimento dos feminismos no Brasil, de acordo com o Relatório Especial de Informação nº 3, produzido em 1983 pelo Gabinete do Centro de Inteligência do Exército. Dentro da UMC, os conflitos surgiram nos primeiros eventos realizados pelo

⁸ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza - CE. Acervo pessoal.

⁹ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza - CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

grupo. Algumas mulheres questionaram a hierarquia e a maneira como eram conduzidas as discussões. Nesse sentido, o SNI esteve atento a essas discordâncias, evidenciando o aparecimento de novas organizações no estado e abordando essa questão nos relatórios, inclusive relacionando os movimentos feministas com partidos políticos. O Relatório Especial de Informação teceu comentários acerca das propostas políticas para os feminismos do PC do B, do MR-8, do PMDB, do PDT, do PDS, do PTB, do PT e do PCB.

O Movimento Feminista, em entidades lideradas por contestadores ao regime, ao buscar a arregimentação das mulheres que se julgam vítimas de discriminações, aproveita para reafirmar uma disposição de luta, em defesa de causas políticas como: revogação da Lei de Segurança Nacional; autodeterminação dos povos; solidariedade aos povos que lutam pela paz mundial¹⁰.

A UMC seguia uma linha mais próxima da corrente defendida pelo Partido Revolucionário Comunista¹¹, do qual muitas integrantes faziam parte. De acordo com Bastos (2007, p. 15): “Para a esquerda tradicional, a revolução socialista colocaria um fim à submissão histórica à qual as mulheres estavam submetidas, sendo notória a ausência de qualquer preocupação com a temática por parte das organizações brasileiras.”

Essa visão, construída por parte da esquerda, colocava em dúvida a luta das mulheres nos movimentos feministas, tendo em vista que as reivindicações eram consideradas pautas secundárias. Seguindo essa linha de pensamento, várias integrantes da UMC buscaram aliar as

¹⁰ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

¹¹ Partido Revolucionário Comunista surgiu como uma resposta às demandas da esquerda, na década de 1980, diante da crise teórico-prática dos partidos revolucionários. Autodissolve e converge suas contribuições teóricas para o Partido dos Trabalhadores (Osório, 2012).

pautas gerais às específicas, ocasionando descontentamento em algumas militantes, que resolveram deixar a organização e fundar outros grupos, como o 4 de janeiro e o Centro Popular da Mulher. A pluralidade dos feminismos é algo que integra sua formação, levando-se em consideração que diferentes mulheres os compõem.

A discussão maior, entretanto, é sobre a observação realizada pelos militares em torno dessas divisões. Durante a realização do terceiro Congresso da UMC, em 1984, os agentes continuaram sua vigilância:

Teve lugar nos dias 06, 07 e 08 Abr 84, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do CEARÁ (UFC), o III CONGRESSO DA MULHER CEARENSE, uma promoção da UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES (UMC), entidade criada e dirigida pelo Partido Revolucionário Comunista/CE119 no dia 07 Abr 84, das 0800 às 1845 horas, prosseguiu o referido Congresso, estando à frente dos trabalhos MARIA LUIZA MENEZES FONTENELE. Nessa ocasião, falou sobre o tema "Sexualidade", para uma plateia aproximada de 150 (cento e cinquenta) pessoas. Finalizou sua palestra formando 04 (quatro) grupos para estudo e discussão dos assuntos: Sexualidade - Chefe: MARIA CONSUELO LINS DE MATOS (NEDIM); Aborto - Chefe: MARIA LILIAN COELHO DE OLIVEIRA; Direito Materno - Chefe: não identificada; e Controle da Natalidade - Chefe: LOURDES CAIS¹².

Nesse documento, os militares vincularam a UMC ao Partido Revolucionário Comunista, o que consistia em grande preocupação para a ditadura, que enxergava nos feminismos uma porta de entrada para os partidos clandestinos fazerem oposição ao regime. Apesar da relação com partidos políticos, os grupos tinham autonomia para debater e se organizar. O questionamento acerca da independência dos grupos de mulheres estava condicio-

¹² ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 42610/84, 1984. Fortaleza - CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

nado aos estereótipos que cercavam essas organizações e que foram reproduzidos nos documentos elaborados pelo SNI.

As feministas brasileiras reveem conceitos e formas de lutas e, hoje, abandonam posições tidas como radicais pelas adeptas do movimento, da década de 60, que culpavam o comportamento do homem pela situação marginalizada e de subalternidade a que estariam sendo submetidas, no âmbito da sociedade¹³.

Os agentes chegaram à conclusão de que os feminismos brasileiros eram distintos dos existentes nos demais países, visto que não guardavam posturas ditas “radicais”, o que diferia dos movimentos na Europa e nos Estados Unidos. Essa ideia estava atrelada à perspectiva do chamado feminismo “bom para o Brasil”, que foi difundida na década de 1970. Conforme Goldberg (1987, p. 47-48): “começou a ser positivamente veiculado, no início dos anos 70, um novo símbolo feminino – a mulher ‘liberada’, casada ou não, com poucas preocupações domésticas e muita preocupação com o corpo, a aparência física, a vida sexual”. Esse tipo de visão sobre o feminismo trazia uma lógica individualista, amparada no sucesso individual e na ascensão social, sem uma discussão mais aprofundada sobre as relações de gênero.

Seguindo essa linha de interpretação, os militares situaram os movimentos que surgiram no Brasil. As ambiguidades que cercaram a maneira de enxergar os feminismos nesse contexto estavam ligadas à forma de compreender os agrupamentos de mulheres. No geral, isso havia acontecido com o MFPA e não diferiu em relação às feministas. Os agentes interpretaram, a partir da visão que eles tinham, o que seria uma organização de mulheres, reforçados pela dinâmica público versus privado, em que

¹³ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

os espaços de discussões ocupados pelos feminismos seriam destituídos de caráter político, afinal, elas estariam debatendo pautas vinculadas à vida pessoal/íntima.

Segundo Biroli (2014, p. 21), “é uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares”. A forma de enxergar a política fica muito restrita, afinal, designa a condição de ação política ao espaço público e aos homens, enquanto as mulheres estariam discutindo assuntos pessoais, portanto, apolíticos. Ainda, conforme a autora (2014, p. 21):

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos.

Os militares, mas também muitos homens ligados às esquerdas, reproduziram essa lógica entre os sexos, reforçando os estereótipos de gênero e colaborando para uma visão reducionista sobre os feminismos das décadas de 1970 e 1980. Todavia, entendemos que isso integra uma construção histórica, na qual as mulheres foram e ainda são associadas ao espaço privado/doméstico. Esses locais não seriam ambientes políticos. Além disso, havia/há a ideia de que elas seriam facilmente influenciadas e, portanto, usadas pelas organizações, fossem elas de esquerda ou de direita.

Nesse contexto, a UMC foi vista pelos militares como uma entidade cooptada pelo PRC, ainda que a instituição demonstrasse, em diferentes momentos, que seguia uma autonomia nas suas pautas de discussões, buscando abranger questões mais gerais, como o combate à ditadura, e demandas mais específicas, a saber: aborto, sexualidade e violência contra a mulher. O próprio SNI analisou essas reivindicações nas reuniões da organização:

Realização de um novo Encontro de Mulheres Cearenses, nos dias 12 e 13 Mai 84, na sede da UMC, para discutir, com mais profundidade, a questão do aborto; Reformulação do Código Civil, no tocante à legalização do aborto nos seguintes casos: estupro, incesto, deformidade físico-mental, e condição sócio médica (solicitação médica)¹⁴.

Esse não era o tipo de pauta colocada pelas esquerdas no período. Todavia, a UMC postulava a discussão por tratar-se de demandas trazidas pelas mulheres que compunham a entidade, mas também, de maneira mais geral, pela sociedade. Assim, os agentes listaram, nos documentos, os assuntos discutidos, que não estavam, necessariamente, vinculados às questões colocadas pelos partidos de esquerda. Apesar das ambivalências, os militares realizaram a vigilância sobre a UMC e outras organizações feministas durante a ditadura civil-militar.

2. Considerações finais

A União das Mulheres Cearenses destacou-se por sua abrangência, no Ceará, tendo milhares de associadas na década de 1980. Isso foi possível por conta da dinâmica adotada pela organização e por suas dirigentes, que buscaram ampliar os núcleos da UMC para diferentes locais, conversando com lideranças sindicais, movimentos de bairros e favelas, segmentos rurais; enfim, a organização tentou pluralizar suas participantes e integrar o maior número de sócias possível.

A organização significou, para muitas mulheres, a possibilidade da militância feminista, além de colocar em pauta de discussão demandas que não eram apreciadas nos seus respectivos partidos. Ademais, a UMC

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 42610/84, 1984. Fortaleza - CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

representou um marco relevante na história dos feminismos ao se destacar pelo número de participantes e pela ampliação do movimento, que levou o debate de gênero a diferentes lugares. Apesar das divergências, a entidade constituiu-se em um lugar importante para as mulheres cearenses, que acessaram seus espaços de militância, tiveram contato com as primeiras leituras feministas e organizaram-se em torno de um grupo feminista.

Essa relevância pode ser constatada a partir do grande número de documentos produzidos pelo SNI acerca da organização. Mesmo que os militares enxergassem os feminismos de maneira estereotipada, foi possível observar que os agentes buscaram compreender, pesquisar e analisar os movimentos do período. Essas dinâmicas compuseram as visões distintas sobre as organizações de mulheres, evidenciando que havia uma preocupação em saber o que significavam e o impacto dos feminismos que surgiam no Brasil.

Toda a documentação produzida demonstra o aparato dos órgãos de Segurança Nacional e a atuação do Serviço Nacional de Informações, que tinham por intuito coletar dados e gerar relatórios sobre os oponentes ao regime. O SNI atuou na tentativa de desarticular e enfraquecer as organizações de esquerda, obtendo informações sobre as atividades e lideranças, além de gerar insegurança nas organizações, que sentiam a constante vigilância do Estado. Afinal, reuniões com número menor de participantes também foram vigiadas e sistematizadas em relatórios.

Conforme Duarte (2019), os relatórios e dossiês demonstraram que os militares, se não estavam apreensivos, no mínimo, ficaram cautelosos em relação às discussões feministas. Ademais, essa documentação evidencia a atuação de um governo autoritário, que vigiou, perseguiu, prendeu, torturou e assassinou oponentes ao longo de 21 anos. O SNI foi mais um órgão que serviu aos interesses militares e colaborou para a manutenção da ditadura, tendo atuação ainda com a reabertura política em 1985.

A UMC permanece em atividade, embora conte com um número bem menor de participantes. A organização, atualmente, é vinculada ao grupo Crítica Radical, tendo uma atuação mais tímida em relação ao que ocorreu na década de 1980. Entretanto, segue dialogando com diferentes setores da esquerda e dos movimentos sociais. A entidade continua sendo pensada por mulheres e para a emancipação humana.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. (1964-1984). Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda*. Brasil - anos 1960-1980. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORGES, Joana Vieira. *Para além do “tornar-se”*: ressonâncias das leituras feministas de o Segundo Sexo no Brasil. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>.

BRASIL. Ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980). *Anos 90*. Porto Alegre, v. 26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.90647>.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Movimento Feminino pela Anistia: militância e afeto na luta política contra a ditadura militar brasileira. In: FAZENDO GÊNERO, 9. Universidade Federal de Santa Catarina. *Anais* [...]. Santa Catarina, 2010.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOLDBERG, Annete. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*. 1987. 217 f. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GONZÁLES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100012>.

GIMENES, Cíntia Martins. Década das Mulheres na ONU e as perspectivas feministas do Sul Global. *Revista De Iniciação Científica Em Relações Internacionais*, v. 11, n. 22, p. 1-21. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-9452.2024v11n22.65676>.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

VITORINO, Grace Trocolli. *Feminismo e Pós-feminismo: a dupla tessitura das relações de gênero*. 1994. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Humanidades I, Universidade Federal do Ceará, 1994.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina: Mulheres, 2011.